



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
A “Equidade” e a “Cultura Empreendedora” como Pseudoconcreticidades – um ensaio sobre a atualidade da ideologia como medium dos processos hegemônicos			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Hellington Couto Chianca	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Mestrando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A partir de uma distinção teórica entre alienação e ideologia, pretendemos demonstrar que desde o início do capitalismo o indivíduo é uma instância do ser social predominantemente pensada como um elemento vinculado direta e indiscriminadamente às noções burguesas de “liberdade” e “propriedade”, conquanto subordine – à exceção de Rousseau e os igualitaristas burgueses – a igualdade a esse conteúdo teórico-prático. A partir do empirismo lockeano, o pensamento burguês vem mantendo o seu conteúdo ideológico, hoje mais desvinculado a uma correspondência direta de seu conteúdo social real, requerendo para isto uma nova forma ideológica, apresentada pelo Marx maduro, que percebe, no bojo de um processo já avançado de decadência ideológica (salientada por Lukács), o fenômeno ideológico da hipocrisia deliberada. Neste novo estágio do capitalismo, o fenômeno ideológico – que é histórico e por isso comporta-se como um mutatis-mutandi – requer uma atualização do conceito. A ideologia hoje, sob a égide do capital monopolista, além de resultar de um processo de alienação, no sentido do domínio expropriador material e intelectual do saber uma vez próprio dos produtores diretos (os trabalhadores), vem sendo cada vez mais objeto de manipulação, isto é, a ideologia é ao mesmo tempo um dado histórico produzido pela inversão da realidade na consciência (falsa consciência) e ao mesmo tempo é cada vez mais manipulatório. É neste contexto que as ideologias do “empreendedorismo” e da “equidade” devem ser pensadas.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Equidade, empreendedorismo, ideologia.			
ABSTRACT			
<p>Starting from a theoretical distinction between alienation and ideology, we try to demonstrate that since the beginning of capitalism the individual is a social been instance predominantly thought in a direct and indiscriminate link to bourgeois notion of “freedom” and “property”, subordinating equality, with the exception of Rosseau and the bourgeois egalitarians, to this theoretical-practical content. Since the empiricism of Locke, bourgeois thought maintained its ideological content, today more disassociated to a direct correspondence of its real social content, demanding a new ideological form described by Marx as deliberated hypocrisy. In this new stage of capitalism, ideological phenomena, that is historical and always in a mutatis-mutandi process, demands an actualization of the concept. Nowadays, at mature monopolistic capitalism stage, ideology, besides expressing a process of alienation, in the sense of material and intellectual expropriation of working class, is increasingly object of manipulation, i.e. it is an historical fact produced from the inversion of the reality in the conscience (false conscience) and at the same time it is more and more manipulatory. It is in this context that we have to analyze the ideology of “entrepreneurship” and “equity”.</p>			
KEYWORDS			
Equity, entrepreneurship, ideology.			

1- Introdução

No dia 05 de outubro de 2011, morre aos 56 anos Steve Jobs, fundador da Apple, marca sem nenhuma dúvida das mais importantes na história das últimas três décadas. A palavra de ordem é visionário. “Morre prematuramente um visionário”, “um indivíduo tão incomum assim só poderia ter um câncer tão raro”, “o mundo não é o mesmo desde que Jobs inventou o computador pessoal”. Uma coisa é certa, nasce, pela força dos fatos (fetichizados) um “novo” mito. Sendo tão novo quanto lampedusa, o mito da singularidade absoluta e indispensável, encarnado agora na figura de Steve Jobs, é qualitativamente renovado com tal fatalidade.

Marx, no prefácio da segunda edição do seu inominável livro *O dezoito brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 1988), ao se referir à obra de Vitor Hugo sobre o mesmo feito histórico, observa, quando narrado pelo célebre escritor, o evento parece ter ocorrido como um raio em dia de céu limpo, e o personagem grotesco (o anão) é, ao contrário das pretensões do autor, enaltecido como um importante indivíduo de sua época. Disse Marx: *Eu, pelo contrário, demonstro como a luta de classes na França criou condições que possibilitaram a uma personagem medíocre e grotesca desempenhar um papel de herói* (idem). Curiosamente, é em torno do seu tio (Napoleão) que se enredaram várias e longas discussões sobre o papel do indivíduo na história e na história da modernidade. Não é o mesmo que se pode dizer sobre Jobs, em 2011, já que este é um sujeito sem dúvida genial, mas que é tão resultado de sua época quanto Napoleão III (Luis Bonaparte), época esta, aí sim, grotesca.

A partir de um olhar um pouco mais atento, nas últimas três décadas, em nível quase mundial – de uma forma muito genérica e longe de ser um tema único – percebe-se uma ênfase nas narrativas que destacam biografias individuais, na “iniciativa”, ou pelo menos um aumento nas produções, tanto do “cinemão”¹ mais popular, quanto na televisão. Pergunto se este insistente ponto

¹ Sem nenhuma pretensão de fazer um levantamento estatístico, apenas faço algumas referências sobre a forma qualitativa que se vem tratando o tema da personalidade individual. Na refilmagem de “Alice no país das Maravilhas” (2011), a última cena Alice sai pelo mundo, como uma verdadeira desbravadora, deturpando a obra original. No comemorado ano mil novecentos e noventa e dois, quinhentos anos após a vinda de Cristóvão Colombo ao novo continente, o grande cineasta inglês, Ridley Scott, dirige o Filme “1492 Conquest of paradise”, enfatizando a teimosia quase esquizofrênica do personagem histórico, que queria chegar às Índias e ao mesmo tempo provar que o que até então se pensava sobre o planeta era uma piada. Mas se voltarmos mais um pouco mais ainda no tempo, podemos observar um belo filme alemão da década de 80, filmado na Amazônia, Fitzcarraldo (Werner Herzog) que ressalta o grande esforço e a grande coragem de um homem (positivamente) teimoso que, apesar de toda uma série de fracassos, consegue realizar o sonho da ópera em plena mata selvagem. Da mesma forma que vários dos clássicos do cinema americano e europeu, há um filme-entretenimento, mas nestas limitações muito interessante, com base em uma tecnologia que revoluciona os desenhos em “três dimensões” no meado da década de 90, aproximando – desde o enquadramento até os mais inexpressíveis detalhes e pormenores que desprezamos no cotidiano, mas que produzem uma sensação naturalista – o cinema de animação, com toda sua plasticidade “lógica”, do olho humano. O desenho chama-se “Vida de inseto”, sua personagem principal é uma formiguinha que junta a criatividade de artistas de circo com a iniciativa de um inventor (ele mesmo) não muito levado a sério, por formiguinhas “fordistas” Não por acaso,

de vista sobre o indivíduo é uma forma deliberada de transformar as pessoas em “heróis egoístas” (de si mesmos), se podemos atribuir esta visão atomista e idealista à proximidade da guerra fria, onde os principais nomes por de trás das telas foram educados, no mínimo, com desprezo ao coletivismo soviético? A resposta é que o indivíduo atômico não foi inventado por uma cúpula nem tampouco é o mesmo da Inglaterra prenhe do modo de ser/viver que gerou o sociometabolismo do capital. Assim, se um grande executivo do entretenimento (Bob Iger²) demonstra admiração por um designe “inventor” de estilos de vida, devemos *estranhar* tal fato ao custo de transformarmos uma *ideologia autoevidente* (LÖWY, 1987) em uma *autoevidência* acerca do conceito de ideologia.

É também comum observar em filmes, letras de música e novelas aqui no Brasil, a partir da década de 80, uma espécie de exaltação a uma espécie de *self made man* tupiniquim, não por acaso é nesta época que surge na bibliografia e nos debates teóricos nas faculdades de história, uma valorização da chamada “história da vida privada”, bem como da micro-história. Só para fazer um paralelo, na década de 80, a rede Globo, no auge de sua audiência quase monopólica, exhibe uma novela intitulada “A rainha da sucata”, estrelada pela atriz mais simpática ao grande público na época, Regina Duarte. Na novela, sua personagem é uma ex-catadora de lixo que consegue construir um “império corporativo” a partir de uma espécie de “acumulação primitiva individual”. É nesta mesma época que há uma ênfase em ressaltar a capacidade empreendedora de Mauá³ e a visão avançada de Cairu, em estudos da história econômica e da vida privada em livros apologéticos e alguns com conteúdo científico. Um interessante estudo historiográfico crítico resalta o aspecto anacrônico e apologético de grande parte dos livros sobre Irineu Evangelista de Souza⁴, o visconde de Mauá, demonstrando que apesar de a primeira obra biográfica sobre este personagem destacando o seu “espírito empreendedor” datar de 1926, é na década de 80 que isso se torna mais enfático

curiosamente, que mais sintetiza a imagem que se construiu de seu idealizador, o grotesco de caráter e ótimo designer Jobs.

² Entre os mais destacados homens públicos que deram seus depoimentos sobre Steve Jobs, temos Barak Obama, Bob Iger (ex-sócio de Jobs e presidente da Disney) etc.

³ Mesmo iniciando ainda na década de 20 as biografias sobre Mauá, é nas décadas de oitenta que ressurgiu a apologia ao empresário como herói nacional, tendo como arquétipo o anglófilo Visconde de Mauá: Somente algumas décadas depois, vai ocorrer um retorno do interesse por Mauá, incorrendo em um novo anacronismo. Inicialmente, essa volta foi tímida: uma reedição da Autobiografia de Irineu Evangelista de Souza, em 1986. O objetivo era iniciar uma coleção que receberia o nome de Livre Iniciativa, sob o patrocínio de Bianchi Editores. Os editores tinham a intenção de marcar um momento importante da História brasileira- a elaboração de uma nova constituição. O próprio Roberto Bianchi escreve em um dos vários artigos que acompanham a Autobiografia e analisam a obra de Mauá: "E uma maneira também de demonstrar, no ano em que o Brasil se prepara para promulgar uma nova Constituição, o que os empresários tem feito e ainda poderao fazer pela grandeza de nosso país, sob a égide inspiradora de um exemplo pioneiro, como o nosso Irineu Evangelista de Souza - O Barão de Mauá" (BIANCHI *apud* KUNIKOCH, 2011)

⁴ Marcia Naomi Kuniuchi. *Maua e o jogo do anacronismo*. Artigo disponível em: <http://www.seer.furg.br/ojs/index.php/biblos/article/viewFile/419/103>

(KUNICOCH, 1933). Kunicoch demonstra em seu artigo intitulado *Mauá e o Jogo do anacronismo*, que Mauá é pensado como um modelo de empreendedor, além de responsável pela unidade nacional nos tempos do Brasil monárquico, por estimular e participar diretamente da construção de ferrovias e outros feitos. Poderíamos ficar aqui horas apresentando várias esferas do conhecimento onde o papel do indivíduo é ressaltado na historiografia como excepcionais impescindíveis no processo civilizatório.

Neste artigo, como um ensaio sobre a atualidade da ideologia liberal, a destacar as ideias de *liberdade, igualdade e propriedade*, e a mistificada e manipulada noção de *indivíduo*, demonstrarei o quanto se faz necessário atualizar e precisar o conceito marxiano de *ideologia* – o que não desmerece os de *consciência de classe e alienação* – e, para isto, demonstrarei o quanto as noções de “empreendedorismo” e “equidade” são variações atualizadas, mais em seu sentido funcional que semântico, dos primórdios do liberalismo político e em que medida isto se configura como uma importante ideologia nos tempos atuais.

Para isto, lancei mão de dois conceitos centrais de autores bastante diferenciados, Antonio Gramsci e Karel Kosik; quais sejam, respectivamente, o conceito de *ideologia como médium da hegemonia e pseudoconcreticidade*. Um nos ajudará a entender e analisar o fenômeno ideológico e seu imbricamento crescente com o Estado e o segundo nos trará à discussão atual a perspectiva da ideologia no sentido negativo, como *falsa consciência* e variações não propriamente ideológicas da consciência invertida, observando que a abordagem em si já é uma polêmica com a complexa noção de *ideologia geral* de Lukács⁵, – e a riqueza teórico-biográfica deste último autor nos permite – também lançaremos mão de uma categoria central do autor da *Ontologia do ser social*, a despeito de seu caráter negativo, que é a *função social*, em nosso juízo um elemento *sine qua nom* da ideologia, na qual tais inversões incidem na sociedade de classes.

2- Indivíduo e fetiche da inovação

2.1- Os elementos chave do liberalismo, sua permanência e sua funcionalidade

O capitalismo, como demonstra Netto & Braz (2007) passou, ao longo de sua história, por mudanças substanciais, isto é, a partir de um arranjo sempre mais complexo, com diversificação das funções econômicas e políticas sob o imperativo da *mobilidade e transformação*, sempre presentes no modo de produção do capital. Assim, num primeiro momento, do séc. XVI a meados

⁵ Tertulian (2008) contribui muito com a apresentação de duas formas distintas de ideologia, segundo Lukács, as *ideologias gerais* e as *específicas*.

do XVIII, na fase inicial do sistema do capital, a burguesia, ainda formadora do Terceiro Estado, junto com os trabalhadores, se caracterizava por seu forte combate político aos valores e à estrutura feudal, sendo também uma arregimentadora e concentradora do trabalho de artesãos e criadora de uma inovação econômica da época, a manufatura. *Temos uma época de uma burguesia de caráter audacioso, uma burguesia empreendedora, heróica mesmo, como verifica dos seus inícios à sua marcha triunfal rumo à construção da nova sociedade.* (NETTO & BRAZ, 2007). É neste estágio que o pensamento de Locke está se desenvolvendo e sua concepção de mundo produz eco, curiosamente, cada vez mais crescente, mas não como uma forma autêntica de consciência, na verdade reproduz-se/reflete como uma abstração de caráter cada vez mais mistificador.

Segundo Mauro Iasi, há determinados conceitos que atravessam toda a história do capitalismo de caris mais liberal e que devem ser tomados como elementos-chave para compreender o desenvolvimento deste modo histórico de produção, sob uma abordagem que dê relevância aos fenômenos ideológicos. Estes são: uma certa concepção de “indivíduo”, “igualdade”, “liberdade” e “propriedade”. Diz Iasi: *Nossa afirmação é que a substância última das relações sociais dominantes encontra sua expressão ideal em alguns significantes mestres* (IASI, 2006).

Antes importa colocar uma questão aqui. Esta afirmação, como ela propõe um diálogo entre marxismo e psicanálise e ainda é bastante insipiente nas análises marxistas e não marxistas, deve ser tratada com a devida atenção, posto que, é muito comum negligenciar algumas informações básicas sobre Marx: 1- Marx operava um vocabulário comum à filosofia e à economia e todo o repertório da psicanálise foi introduzido após Marx, o que não significa que o autor tivesse negligenciado categorias como o *simbólico*, vide as análises estéticas do autor, recuperadas por Lukács e a defesa que Silveira e Zizek (IASI, 2006) fazem acerca do simbólico em Marx; 2- o autor, ao elaborar uma teoria sobre a ideologia não tinha como objetivo fazer uma fenomenologia das ideias reflexas funcionais à dominação de classe, mas em última instância procurava desvelar o que havia por trás destas ideias e valores, que apareciam em forma de símbolos, como Marx observa o próprio vocabulário e a decadência do significado deste, se confrontada com a realidade, ao analisar Stiner, Bauer e Strauss⁶, da mesma forma, Marx não pretendia criticar a *religião factual*, mas a função que este reflexo tinha nas relações sociais reais e na dominação (indireta que fosse) de classe. Portanto, como Kosik e Iasi (e Cunha) irão demonstrar, de maneiras diferentes, mais tarde, as formas petrificadas de consciência, como elementos semânticos exercem um papel central nas

⁶ “Grosso modo, os ‘jovens hegelianos’, conhecidos também por ‘hegelianos de esquerda’... (nota do tradutor in A ideologia Alemã, 2007). Vide em Marx: No começo eram extraídas categorias hegelianas puras e não falsificadas, como substância e autoconsciência (*Substanz und Selbstbewusstsein*), mais tarde essas categorias foram profanadas por nomes mundanos, como gênero (*Gattung*), o Único (*Einzig*), o homem etc.” Ou então nesta passagem: “O jovens hegelianos são, apesar de suas frase feitas, pretensamente abaladoras do mundo, os maiores conservadores.”

relações de dominação, encobrendo a concreticidade do real e apresentando o abstrato como concreto, ou como uma autonomização dos *significantes mestres* – os quais carregam um caroço de significado – que, se em cada momento histórico reflete uma materialidade em movimento e por isso diferente (em uma palavra, histórica), reproduzem alguma continuidade funcional.

E esta dialética entre continuidade e descontinuidade deve ser observada como uma – *mutatis mutandis* – não sincronicidade mecânica entre as formas de consciência e a realidade material, observando o quanto nas palavras expressa-se uma concreticidade e o quanto estas são elementos simbólicos emancipados e em alguma medida manipulados do (e no) real. Cabe aqui então esta citação de Luiz Cunha, extraída do livro ensaio de Mauro Iasi:

O liberalismo é um sistema de crenças e convicções, isto é, uma ideologia. Todo sistema de convicções tem como base um conjunto de princípios ou verdades, aceitas sem discussão, que formam o corpo de sua doutrina ou corpo de ideias nas quais ele se fundamenta. Abordaremos alguns desses princípios, os mais gerais, os que constituem os axiomas básicos ou valores máximos da doutrina liberal. São eles: *o individualismo, a liberdade, a propriedade e a democracia.* (CUNHA *apud* IASI, 2006)

Ou, segundo o próprio Iasi:

Ao que parece, algumas “palavras”, que são mais que palavras, funcionam como esta espécie de equivalente geral, ou seja, uma vez inserida numa série de significantes, os transformam em valores relativos que só podem ser compreendidos por equivalência a uma determinada totalização. Estes “significantes-mestres” corresponderiam, segundo nosso argumento, à essência das relações sociais determinantes em uma certa ordem societária.

Portanto, tais valores, expressos em ideias e palavras, bem como, sob a forma de métodos do pensamento científico, filosófico ou mesmo como senso comum (*médium da hegemonia* de uma classe e seus valores), não pairam no ar como ideias metafísicas vindas do céu, muito menos são *apriori* do pensamento e de uma “realidade” opaca, mas ocorrem como correspondência a uma relação social onde os indivíduos são reificados/igualados, ocupam um papel de proprietários e vendedores de sua (des)propriedade, estão cada vez mais livres (e aqui não cabe aspas, pois é um aspecto real da liberdade) de amarras das tradições que foram ou ainda são barreiras “naturais” para o capitalismo.

2.2- Individualismo atômico em Hobbes e a doutrina do indivíduo em Locke

Até agora, portanto, vimos que as noções: *indivíduo, liberdade, igualdade e propriedade* são centrais para a doutrina liberal. Se segundo a tradição filosófica moderna, no sentido lato, Bacon pode ser considerado o pai do cientificismo e, juntamente com Descartes aquele que sintetiza a relação solitária entre o indivíduo moderno e seu objeto – seja o *cógitio* ou a *experiência* – é em Locke que será desenvolvido o conceito de indivíduo até hoje adotado pelo pensamento liberal e o *senso comum*. Se para Gramsci é no *senso comum* onde as grandes sínteses teóricas ganham corpo e realidade social – e esta é a base da concepção de ideologia (positiva) neste autor – Locke foi um ideólogo cujas sínteses e pré-conceitos (ou ultrageneralizações sistematizadas ou não) se tornaram *senso comum, ideologia*, e isto talvez como nenhum outro pensador moderno. Deve-se observar, para não se cair numa continuidade linear e abstrata, que a ideia de indivíduo não é uma constante para os autores centrais do pensamento burguês que seguem uma tradição iniciada em Hobbes e em Locke. Há inclusive nesses dois autores uma grande diferença na concepção do que vem a ser *indivíduo, liberdade, igualdade e contrato*. Coutinho (1987) observa que estes quatro elementos estão contidos nos autores considerados contratualistas, dos dois supracitados a Rousseau, mas a partir de arranjos lógicos diferentes.

Antes de analisar os ideólogos do individualismo “autêntico”, cabe expor algumas contribuições de Mézáros sobre a natureza do pensamento burguês e seus laços ideologizantes, que segundo este autor, possui três interesses ideológicos vitais: 1- *A transformação abstrato/redutora*; 2- *a difusão das igualações ou equiparações requeridas* e 3- *a eliminação da dimensão histórica da vida socioeconômica do campo de visão* (MÉSZÁROS, 2010)

Voltando aos contratualistas, Locke definirá indivíduo de maneira bastante sintética e por este motivo seu conceito torna-se por um lado superficial e facilmente questionável, se comparado com Hobbes, mas com uma cristalização ideológica cuja cisão confunde-se com a ruptura da sociedade que ele de certa forma antecipou. Esta “definição” deve ser analisada muito mais como: 1- uma síntese de pré-conceitos de sua época; 2- mais um combate frontal ao absolutismo e às instituições feudais do que como uma síntese explicativa de sua época ou da teoria do conhecimento, que Hume, Descartes e outros de seu tempo são de fato a ele superiores. Locke, no entanto, irá influenciar várias correntes do pensamento burguês, do liberalismo clássico ao positivismo, passando pelo utilitarismo – desde a linha mais “proto-behaviorista” de Bentham até o dedutivismo de S. Mill. Apesar de o contratualista inglês não ter tido seguidores diretos.

2.2- Indivíduo empreendedor, o culto a uma abstração na era da hipocrisia deliberada

Sem que possamos nos aprofundar nesta pequena seção, devo argumentar que há sim uma teoria da personalidade na obra de Marx, e esta foi muito bem desenvolvida por Lukács. Devido à complexidade do autor, o que afirmo aqui tem como base os estudos de Gilmaisa da Costa, profunda conhecedora deste. A autora demonstra que Lukács desenvolve o que Marx já havia iniciado em sua juventude sobre os indivíduos-sociais e suas escolhas. Lukács demonstra que os homens possuem duas particularidades, a *liberdade* e a *teleologia*. Ao defrontar-se com a natureza os homens (e mulheres) propõem-se a alterá-la, não como um luxo, mas como forma única de sobreviver num meio inóspito. Quando confrontados com elementos externos a eles, os homens tentam dominar tais elementos a partir de uma *prévia ideação*, criando formas diversificadas de adaptação do meio a eles. Há, no entanto, dois momentos neste processo (no processo do trabalho): a *externação* e a *objetivação*. Estas são as bases ontológicas da personalidade, pois as individualidades externadas, em cada condição objetiva, produzem personalidades, e este é o lugar das escolhas.

Assim, o indivíduo capitalista não é um indivíduo fora da história. Podemos dizer que o capitalismo mercantil produziu um sujeito individual, o concorrencial outro e o monopólico, um outro ainda, tendo um grau de complexidade e diversidade cada vez maior, à medida que este modo de produção se torna mais global. Ou seja, mesmo a figura do burguês irá mudar, passando a ser “economicamente menos indivíduo” e permanecendo espiritualmente individualista. Em termos de relações de propriedade, o capitalismo a partir de determinado momento de sua história, especificamente a partir do final do terceiro quartel do século XIX, a forma de organização das empresas. A partir da era monopólica do capitalismo, também chamada de *Imperialismo*, há uma separação entre a gestão e propriedade, surgindo por volta dos anos de 1870 as S.A.⁷ (sociedades anônimas) e uma espécie de empresa que já não é comandada exclusivamente pelos proprietários, as corporações.

Estas fórmulas idealizantes, esta “ideia pura” será tanto mais eficiente quanto mais possa encaixar-se em certos consensos cristalizados, como “mitos” (GRAMSCI, 2006) ou elementos fundados no cotidiano como *ultrageneralizações* (IASI, 2010; HELLER, 1970), devido à própria natureza da cotidianidade, tendencialmente conservadora. A ideologia sempre encontra uma correspondência, esta pode ter uma *base ontológica* (histórico-material) ou pode ter como base

⁷ “Transformação do capitalista realmente funcionante em mero dirigente, administrador de capital alheio, e dos proprietários de capital em meros proprietários, simples capitalistas monetários. Mesmo se os dividendos que recebem incluem o juro e o ganho empresarial, isto é, o lucro total (pois o ordenado do dirigente é ou deve ser mero salário por certa espécie de trabalho qualificado, cujo preço é regulado no mercado de trabalho, como o de qualquer outro trabalho), esse lucro total passa a ser recebido somente na forma de juro, isto é, como mera recompensa à propriedade do capital, a qual agora é separada por completo da função no processo real de reprodução, do mesmo modo que essa função, na pessoa do dirigente, é separada da propriedade do capital. (...) Nas sociedades por ações, a função é separada da propriedade do capital, portanto também o trabalho está separado por completo da propriedade dos meios de produção e do mais-trabalho.” (Marx, 1984). Para esta discussão ver Braverman. Ver especialmente o capítulo XXVII – O Papel do Crédito na Produção Capitalista - Livro Três de O Capital, (1984, p.331 a 335). [Extraído da tese de doutoramento de Grannemam, S.]

pseudoconcreticidades (KOSIK, 1986), sendo neste último caso mais frágeis, menos voláteis e requer técnicas manipulatórias mais sofisticadas, por exigirem agilidade. Este fato não anula uma questão tratada por Iasi acerca da forma como se opera as mistificações ideológicas⁸, sendo um contraponto ao aspecto da autoevidência de Löwy e Manheim. Kosik, por sua vez, percebe que *é possível destruir a pseudoconcreticidade e revelar a verdadeira concreticidade. Com isso, o fenômeno pode revelar a essência e não apenas ocultá-lo* (idem). Este autor está deixando claro com isso, que o concreto não se apresenta diretamente ao pensamento, mas o fenômeno (que se apresenta no imediato) é sempre um ponto de partida, ponto este, mediado por categorias calcadas em uma (ou mais) teorias acerca da realidade física e humana.

No entanto, o indivíduo é algo que todos pensam conhecer com plena clareza, bastando consultar-se como fez Descarte na demonstração de seu método racionalista da dúvida metódica. Assim, a ideia de “empreendedor”, “herói de si mesmo”, “visionário” que está no imaginário do senso comum, não necessita de uma técnica orweliana, já que o senso comum não é criado a partir de um vazio, não há tábula rasa, nem nunca houve. Como, então, podemos dizer que esta concepção é intencionalmente difundida no cotidiano? Só para servir de exemplo, recentemente, o homem mais rico do Brasil, que está entre os oito mais abastados do planeta, cuja riqueza deve ser investigada pelos seus vínculos diretos com a nova função do Estado na era do *social-liberalismo* e *neodesenvolvimentismo* declarou recentemente num programa de tevê, que “esse negócio de ser rico sozinho, não ‘tá’ com nada”⁹, pois afirma que seus empreendimentos, como a construção de uma rede de hotéis e restaurantes e a limpeza da lagoa (Rodrigo de Freitas) são benefícios que “ninguém fala”. O “empreendedor” bilionário, após demonstrar sua preocupação e responsabilidade sociais, afirma que: fica “feliz de poder contribuir com isso (...) mostrar pros jovens brasileiros que ‘tão’ empreendendo e ganhando o seu dinheiro, ‘vamo’ pensar um pouco na comunidade, sabe? Dar de volta pra sociedade... Então é a mensagem que eu ‘tô’ passando de vagarzinho no Rio de Janeiro (...). As olimpíadas, as UPPs...”

Aqui aparece bem claramente a figura anistórica e anacrônica do indivíduo empreendedor – um anti-Fritzcarraldo com a mãozinha do Estado – como aquele capaz de trazer para a comunidade ou para a sociedade benefícios, vantagens comparativas, como uma espécie de

⁸ Quanto mais as formas normais das relações sociais e, com ela, as condições de existência da classe dominante acusam a sua contradição com as forças produtivas avançadas, quanto mais nítido se torna o fosso cavado no seio da própria classe dominante, fosso que separa esta classe da classe dominada, mais natural se torna, nestas circunstâncias, que a consciência que correspondia originalmente a esta forma de relações sociais se torne inautêntica; dito por outras palavras, essa consciência deixa de ser uma consciência correspondente, e as representações anteriores, que são tradicionais deste sistema de relações, aquelas em que os interesses pessoais reais, etc. eram apresentados como interesse geral, degradam-se progressivamente em meras fórmulas idealizantes, em ilusão consciente, em hipocrisia deliberada. (MARX e ENGELS apud IASI, 2010).

⁹ Extraído de: <http://www.youtube.com/watch?v=cOpemvNjRS0&feature=related>

divisão dos lucros. Mas, se observarmos com alguma atenção e compreendermos a realidade dialeticamente, perceberemos que a forma como a sociedade civil e o Estado estrito senso se relacionam, observamos que o que aparece como um benefício é apenas a fração de mais-valia que, sem deixar de estar concentrada no capital, é apropriada através de parte do fundo público, como se tivesse contribuindo com o governo para realizar obras e benefícios para a cidade, através de um gotejamento do lucro (econômico), que extravasaria para o “lucro social”. Vejamos o que diz J.P. Netto

[sobre o Estado na era do] monopólio, ademais da preservação das condições externas da produção capitalista, a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica desde dentro, e de forma contínua e sistemática. Mais exatamente, no capitalismo monopolista, as funções políticas do Estado imbricam-se organicamente com as suas funções econômicas. A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios - e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções.(NETTO, 2007)

3- Liberdade e concreticidade

3.1- A atualidade do processo atomizante/reificante

Uma abordagem bastante inspiradora, na qual venho dedicando minha atenção nos últimos anos, é o debate proposto por Virgínia Fontes acerca do papel da *expropriação* nas relações, sempre renovadas, do capital. A autora deixa claro que esta categoria, acompanhada da espoliação, mais baixa ou não, sendo um processo desde o início do capitalismo ou, como propõe Wood, sendo um segundo momento do capitalismo inglês, apesar de passar a ser central. Se é a *semiproletarização* proposta por Wallerstein e Quijano ou se esta discriminação e ausência de um assalariamento é apenas uma forma de perceber o que de fato é o assalariamento e que as formas “arcaicas” – como propõe Chico de Oliveira – permitem uma forma desigual e combinada de expropriação, mais do que certezas, nos provoca a refletir sobre uma questão. Não seria a retirada de direitos, a extensão e flexibilização da previdência, a não aplicação da receita de um terço do orçamento para a seguridade social, programas como o de demissão voluntária, o estímulo ao auto-emprego uma forma intrinsecamente subjetiva e objetivamente de expropriação da classe? Não seria

o ponto de partida da pura posição (adjudicada) de classe, esta condição de expropriados dos direitos adquiridos, além da mais-valia pulverizada em nível global?

Como contraface do processo de *reificação-igualação*, há desde os primórdios do capitalismo, um processo de *expropriação* (objetiva e subjetiva), base histórico-concreta da transformação da individualidade qualitativa – única capaz de produzir um Leonardo Da Vinci (NOSELLA, 1992)¹⁰ – em pressuposto real para o individualismo. Fontes faz uma análise que trata da totalidade do ser social e por isso sua análise passa por certa compreensão do Estado, lançando mão do conceito de *apassivamento*. Tal conceito parte de uma perspectiva ativa das massas trabalhadoras, que devem ser compreendidas sob a perspectiva da radicalização das funções extra-econômicas do Estado¹¹. Alguns autores fazem uma discussão que pode ser entendido como uma dialética entre o consenso e a dominação, sofisticadamente redimensionada, que podemos simplificar assim: *dominação hegemônica* ↔ *consenso coercitivo* (Coutinho, 1987), havendo um certo voluntarismo e um certo engajamento, com base na força do medo, um sofisticado hobbesianismo forjado, acrescido de uma novo arranjo *indivíduo/liberdade/sociedade/coerção*, o que nos possibilita compreender os novos fenômenos ideológicos do “voluntariado” e do “empreendedorismo”. Desta maneira é que o capitalismo hoje produz ou reproduz uma certa ideologia, pulverizando as relações e acelerando a vida cotidiana, reproduzindo-se num processo de produção de sujeitos avessos a contemplações e dispostos a romperem barreiras demiurgicamente subjetivistas, frente a uma realidade idealizada.

4- Os fenômenos ideológicos e suas mutações espaço-temporais

¹⁰ Gramsci discute este tema em seus cadernos, tema indiretamente discutido por Marx, que observa tanto o surgimento do indivíduo moderno, unilateral, quanto a sua superação a omnilateralidade humana. Nos Manuscritos de 1844, quando analisa a propriedade privada como aquilo em que se condensa a criação do trabalho humano alienado, e sua contribuição decisiva para a definição de uma base social em que se impõe a unilateralidade humana, Marx afirma: *La propiedad privada nos há vuelto tan estúpidos y unilaterales, que un objeto solo es nuestro cuando lo tenemos y, por tanto, cuando existe para nosotros como capital o cuando lo poseemos directamente, cuando lo comemos, lo bebemos, lo vestimos, habitamos en él, etc., en una palabra, cuando lo usamos* (Marx e Engels, 1987, p. 620). A esse dado fundamental da unilateralidade humana corresponde o fato de que a dinâmica da vida social se submete a imperativos não determinados pelos indivíduos associados segundo um planejamento que observe acima de tudo as necessidades humanas mesmas. A dinâmica da vida social é determinada pelo movimento de valorização do capital, que submete os indivíduos, em geral, a agentes da sua ‘vontade’. (adaptado de <http://www.epsjv.fiocruz.br/diccionario/verbetes/omn.html>)

¹¹ Quando Netto cita este papel do Estado monopolista parte de uma perspectiva mandelliana de Estado nacional imbricado com as investidas do capital para controlá-lo e moldá-lo, Fontes, pelo contrário opta por uma concepção gramsciana, do Estado ampliado, ambos, sem perder a perspectiva do capital como uma totalidade.

Primeiramente devemos observar um importante fato: “ideologia” é uma palavra citada sob várias acepções e métodos, além de o termo fazer parte, há cerca de um século do senso comum, ao que parece, em praticamente todos os meios sociais com algum nível de letramento. Mas, é importante deixar claro que mesmo com toda dificuldade faremos um enorme esforço em precisar o conceito e para isto, é imprescindível, em nosso juízo, que a ideologia seja pensada sob o método fundado por Marx e Engels, em seu livro *A ideologia alemã*¹².

Desta forma, a ideologia é um objeto que por si só deve ser sempre repensado, *mutatis mutandi*, como uma forma histórica, já que esta depende do desenvolvimento histórico de sua função na *totalidade* social. Para compreender os fenômenos ideológicos e sua dialética essência/aparência, deve-se traçar um rigoroso trajeto que vai desde a *teoria da alienação* em Marx e *reificação* no chamado marxismo ocidental – no qual George Lukács ocupa posto principal – além de um tradição marxista-gramsciana, que se propõe a discutir a questão da hegemonia. Trata-se então do esforço de tornar atual o conceito talvez mais polêmico, vulgarizado, mistificado, fetichizado e confuso do pensamento do último século: a *ideologia*, visto a sua atualidade como objeto real. Para tal feita, ideologia, em momento algum será relativizada, muito menos tratada como uma tipologia de concepções mais ou menos próximas a uma realidade – qualquer que seja sua concepção.

Um dos traços mais importantes de uma ideologia, no sentido adotado aqui, é que este fenômeno é uma particularidade histórica, mas que curiosamente opera a partir de um processo de eliminação da dimensão histórica (MÉSZÁROS, 2010) dos seus elementos chave. Esta desistoricização é uma das formas mais eficazes de naturalização, pois como axiomas centrais de um conjunto de ideias que formam uma totalidade lógica e estrutural, a liberdade, a igualdade, o indivíduo egoísta e a propriedade são um conjunto estrutural abstrato que na medida em que para manterem-se como ideologias ou elementos de uma ideologia, devem ser desistoricizados (naturalizados) e refuncionalizados.

Esta deistoricização é reiterada pelos modismos acadêmicos pseudocientíficos, que são de fato *autoevidências* (LOWY, 1987), com elementos de *hipocrisias deliberadas*, tendo como base

¹² A tradição metodológica na qual nos referenciamos para investigar tal fenômeno é o materialismo dialético, que segundo Netto, é a análise concreta da realidade social e histórica do capitalismo, que não parte de uma lógica que se queira universal, mas busca, como sintetizou Lênin a própria *lógica do capital* (LÊNIN, apud NETTO, 2010). Assim sendo, ao se utilizar como método o materialismo histórico-dialético, não se pode pensar a *contradição* como um elemento estranho, mas, tal como Hegel, como dimensão essencial da própria realidade. A busca pelo conhecimento do *concreto*, que para Marx, diferentemente dos positivistas, é o *complexo*, sendo o objetivo da análise marxiana o real pensado sempre em seu devir, onde não é possível, para uma análise que queira dar conta da complexidade deste real, abstrair-se da luta de classes, posto que este é o “motor” da história, muito menos abstrair-se da história, que é a própria realidade.

principal os autores pós-modernos, ou proto-pós-modernos, como Foucault e Habermas (só para citar os mais sofisticados¹³), além de contribuições diretas ou indiretas do neopragmatismo e do neopositivismo, há um elemento pseudoteórico muito difundido no *sensu comum*, que decorre destas teorias, mas tem fortes características do próprio senso comum, pois é elástico ou, como diria Gramsci, um conjunto de ideias difundidas e difusas, (GRAMSCI, 1991). Há, hoje, uma sofisticação desta forma de falsa consciência que Marx chamou de *hipocrisia deliberada* e esta se deve em parte, pelo que me parece, à noção adotada de “história”, que para os apologetas da “pós-modernidade” é algo que pode ser construído e para os neopragmáticos, indifere de uma estória ficcional, criando uma elasticidade, que produz, ao invés de um pré-conceito – como pensam os positivistas mais clássicos – produz um não-conceito. Vejamos o que hoje se tem falado sobre o “empreendedor” uma figura mística, e de seu correlato mais axiológico, ambos que exigem uma concepção frouxa de história.

O conceito de empreendedorismo é muito subjetivo, todos parecem conhecer, mas não conseguem definir realmente o que seja. Essa subjetividade pode ser devido as diferentes concepções ainda não consolidadas sobre o assunto ou por se tratar de uma novidade, principalmente no Brasil, onde o tema se popularizou a partir da década de 90. A ascensão do empreendedorismo vem paralelamente ao processo de privatização das grandes estatais e abertura do mercado interno para concorrência externa. Daí a grande importância de desenvolver empreendedores que ajudem o país no seu crescimento e gere possibilidade de trabalho¹⁴, renda e maiores investimentos.

Uma versão “oficial” sobre a morte de Jobs, tão cara aos que veneram os “vitoriosos”, é repetida pelos principais meios de comunicação, em nível mundial, de maneira mimética e monótona¹⁵. Propaga-se a ideia de que alguns indivíduos se destacam a medida em que são inovadores. No entanto, devemos observar que o próprio conceito de inovação tecnológica, pensada como um “motor” da história – fetichizada como progresso contínuo e linear – é uma resposta ao que Marx chama de *lei do valor*¹⁶. Cabe aqui ressaltar a genialidade de um outro agente (neste caso muito mais importante) da história do capital, J. Shumpeter, que, por conhecer com algum grau de profundidade – apesar de ignorar o principal, o método dialético – o pensamento de Marx, também conhecendo profundamente intelectuais da burguesia como Marshall e Keynes, Shumpeter observa que o capital depende de uma dinâmica destrutiva/criativa; dialética já observada por Marx e

¹³ Netto, 2011.

¹⁴ Extraído de: http://www.novomilenio.br/foco/2/artigo/artigo_daniele.pdf

¹⁶ Engels concebe a lei do valor da seguinte maneira: Numa sociedade de produtores que comerciam suas mercadorias, a concorrência aciona a lei do valor, inerente à produção mercantil, instaurando assim uma organização e uma ordenação da produção social que são as únicas possíveis nessas circunstâncias. Somente a desvalorização ou o encarecimento excessivo dos produtos mostram, de forma tangível, aos vários produtores o que e quanto é ou não necessário para a sociedade. (ENGELS *apud* NETTO & BRAZ, 2007)

belamente desenvolvida por I. Mészáros como resposta à realidade e a leitura contaminada pela posição de classe de Shumpeter.

Assim, quando um indivíduo revela-se por suas habilidades ou por sua importância imediata frente aos interesses – mais ou menos imediatos – da classe dominante, este indivíduo é lembrado como um ser em destaque, é tratado em sua forma mais abstrata, pois da mesma forma que poderíamos supor que um copo de plástico seria o mesmo objeto dentro de um forno a 100 graus ou o este se comportaria da mesma forma há uma gravidade de um buraco negro ou teria a mesma função social se imaginado num período onde as pessoas tomavam água diretamente dos rios com uma folha ou um utensílio de barro; poderíamos supor que alguém, mesmo que da inegável perspicácia de um Jobs e envergadura intelectual de um Schumpeter seria alguma coisa, isolado da cultura, costumes e *habitus* – *mutatis-mutandi* – humanos, as ideologias, as formas de sociabilidades e o cotidiano dos operários que inventam técnicas quase que diariamente desde a revolução industrial.

É em cima deste fato que a ideologia atua. Pois se a ideologia, segundo Marx, inverte, encobre a inversão, naturaliza, toma a parte pelo todo – servindo para a dominação, em última instância de classes –, a ideia de que uma pessoa toma as rédeas da história, mobilizando multidões através de um espírito de liderança e inventando, como num lampejo de genialidade, novas “realidades”, além da capacidade mediúnic de prever o futuro, é sobretudo uma idealidade que, não obstante sua inconsistência se submetido a uma crítica, convence e produz uma aura de realidade como se ela mesma fosse. Portanto, vamos ver em que medida esta visão de um indivíduo empreendedor, em plena era de socialização desigualmente diversificada e planetária do trabalho e a concentração quase maçônica da produção e do consumo restritos, é uma síntese ideal e em certo sentido determinante das relações de trabalho e de certo grau de passividade política neste momento histórico. Em suma, por que razão podemos dizer que a ideia de “empreendedor individual” sintetiza uma ideologia?

4.1- O conceito de pseudoconcreticidade de Karel Kosik

Assim, para pensar a ideologia hoje, tendo em vista a polissemia do termo e tendo como preocupação tanto a precisão deste, confrontado à realidade e ao mesmo tempo ao sentido que se faz necessário para compreendermos a dinâmica Estado/sociedade civil, importa, sobretudo, delimitar o fenômeno historicamente, não traçando uma “história” metafísica do conceito ou de seu desenvolvimento epistemológico, mas precisando-o como uma forma específica de falsa

consciência – cuja função principal é a dominação de classe – que opera no momento presente. Dominação essa que participa, de maneira intrínseca e dialética, das relações de produção e por isto é parte inseparável destas. Sendo ou não importante ressaltar a falsidade histórico-concreta de uma ideologia particular, que não identificamos aqui por seu caráter de erro gnosiológico, mas devemos compreender tal *consciência* o real segundo sua (pseudo) *concreticidade* e frente ao critério da *dominação*.

Karel Kosik é um autor ainda muito pouco conhecido no Brasil, apesar de ser de grande envergadura, muito importante como atualizador da teoria de Marx, sem com isso corromper o método do autor. Kosik desenvolve um conceito, que se aproxima muito do sentido negativo de ideologia em Marx, este conceito é o de *pseudoconcreticidade*¹⁷. O “empreendedor”, que é um anacronismo em si, é uma ideia que em muito se deve ao conceitos-chave do liberalismo de *liberdade* e principalmente os de *indivíduo* e *propriedade*. Segundo Kosik, *é possível destruir a pseudoconcreticidade e revelar a verdadeira concreticidade. Com isso, o fenômeno pode revelar a essência e não apenas ocultá-lo* (idem). Para este autor, *o mundo da pseudoconcreticidade é um claro-escuro de verdade e engano. O seu elemento próprio é o duplo sentido. O fenômeno indica a essência e, ao mesmo tempo, a esconde.* (KOSIK, 1976). Nos demonstrando o quanto o reino do fenômeno tem uma *estrutura, uma ordem própria, uma legalidade própria que pode ser revelada e descrita* (idem).

Kosik, diferentemente de Gramsci e Lukács, vê a cotidianidade em seu sentido negativo, o que não o impede de analisá-la como uma força espiritual que atua na realidade concreta como uma realidade aparente. Dando ênfase à distinção entre formas fenomênicas e essenciais e distinguindo a representação do conceito, Kosik observa o quanto uma representação que, fora do cotidiano, ou atravessando várias conjunturas concretas, por terem sido sistematizadas ou racionalizadas, como *ratio* e não como uma razão que capta o movimento complexo e essencial da realidade (racional), toma uma aparência como o real ou o aspecto abstrato aparente como uma essência. Neste sentido, Kosik trabalha como um filósofo da praxis sem se importar prioritariamente com a instância da intervenção prática, resgatando o que há de mais estritamente crítico na filosofia da praxis de Marx, pois sua análise é o que mais se aproxima de uma teoria do conhecimento do filósofo alemão, que negando a razão kantiana, analisa a realidade não no sentido gnosiológico ou epistemológico, mas sim em seu movimento de transformação, em seu aspecto

¹⁷ Aqui faremos apenas uma apresentação do conceito, mas para que não haja dúvidas sobre o que o autor defende quando trata da noção de concreticidade, não causando confusões com uma leitura epistemológica desta categoria, cabe uma breve explicação. Kosik faz um esforço para demonstrar a existência de *duas qualidades de praxis*, que não se trata da concepção de prática das teorias do conhecimento kantiana ou positivista, pois demonstra que tanto a forma fenomênica quanto a essência estão na realidade e, como o conhecimento é um momento da dialética, a descoberta da estrutura da coisa (em si) é o que ele chama de *cisão do único*, portanto uma praxis.

ontológico. Este aspecto, por distinguir a essência da aparência, para que não se caia numa tentação metafísica de algumas espécies de marxismo, deve ser tomada a partir do que há de mais concreto. Por esta razão, acrescentamos à análise negativa da ideologia dois conceitos de autores contemporâneos, que nos permitem atualizar esta leitura, tendo no próprio Marx o principal ponto de apoio. Um dos aspectos é o que se refere à categoria da *ultrageralização*, que nos permite buscar em instâncias particulares e de certas singularidades, ao pensarmos autores-chave como Locke e Schumpeter. Estes dois aspectos são de maneira distintas referentes às individualidades concretas dos indivíduos sociais. Uma outra categoria, que se refere a outro aspecto do ser social em sua cotidianidade é o que acima já chamamos de *pseudoconcreticidade*, que para o autor são *condições históricas petrificadas* (KOSIK, 1976)

Dois conceitos distintos: *pseudoconcreticidade* e *ideologia* podem servir, um para clarificar o outro. Se a ideologia sempre tem sua gênese nas frações de classe e não na classe como um todo e o caráter pseudo-universalizante é um dos traços que caracterizam este tipo de apreensão da realidade como ideológica e não a sua necessidade de utilizar-se de “falsos juízos” repletos de preconceitos, ou de variações de uma idéia a priori, podemos afirmar que uma forma de consciência é ideológica não porque tem como base uma fração de classe, mas porque a partir das ultrageralizações oriunda de um agrupamento com interesses específicos – quase sempre ofuscados pelo seu caráter obscurantista e umbilical – *invertem, obscurecem* a compreensão, *naturalizam* e acabam por *justificar* a dominação existente (IASI¹⁸).

Da mesma forma que aprendemos a ver o mundo através ou de conceitos concretos ou através de pseudoconcretidades, lançando mão de analogias úteis ou funcionais ao capitalismo, a ultrageralização é um elemento importante nesse processo estruturante da ideologia. Sendo o primeiro momento necessário na constituição de cada consciência individual, esta própria formação estruturante da personalidade se dá em uma atmosfera de instituições que produzem uma objetivação alienada, isto fica muito claro lá no jovem Marx, a sua preocupação com tal esfera. Esta ultrageralização é nada mais do que um processo de naturalização que se dá na trajetória individual, onde toda fenomenologia do indivíduo é uma evidência da aparente imutabilidade das coisas. Esta permanência de “fatos” descolados de sua historicidade ou concreticidade é o elo que liga as consciências alienadas de hoje com as gerações que experimentaram concretamente determinadas formas de ser. E é por esta razão que Coutinho (2009) irá fazer uma severa crítica ao que ele chama genericamente de estruturalismo, corrente agnosticista cuja base histórico-ontológica é o capitalismo pós-guerra, que consideramos uma forma ideológico, a medida em que ele desconsidera a história como contradição entre continuidade e descontinuidade. Segundo Chauí:

¹⁸ Trata-se de uma entrevista feita por mim ao professor Mauro Luis Iasi, em junho de 2009, e não publicada.

(...) não se trata de tomar a história como sucessão de acontecimentos factuais, nem como evolução temporal das coisas e dos homens [negando a concepção evolucionista vulgar], nem como progresso de suas ideias e realizações [neste caso, tanto refere-se à teoria ingênua de Augusto Comte da evolução do conhecimento quanto aos conceitos que hoje surgem como uma hegemonia ideológica no campo acadêmico, como são os casos do neopragmatismo e das teorias da “pós-modernidade]... (CHAUÍ, 1987)

Mais adiante a autora complementa que *história é práxis* (no grego, *praxis* significa um modo de agir no qual o agente, sua ação e o produto de sua ação são termos intrinsecamente ligados e dependentes uns dos outros, não sendo possível separá-los). (*idem*)

No caso dos nossos objetos, a ideologia do empreendedorismo – que envolve a dita “cultura empreendedora” e a *equidade* –, como qualquer ideologia (orgânica), para ser amplamente desenvolvida como uma naturalização, “momento fim” de todo processo hegemônico, deve ter a capacidade de, por maneiras diferenciadas e complexas, penetrar nas consciências, a partir de formas mais cristalizadas da ideologia, como verdadeiros sistemas filosóficos, como é o caso do positivismo (em Gramsci) e do neopositivismo (em Lukács), mas também quando se refere ao reino da política, a ideologia requer uma dinâmica diferenciada e mais elástica, sob o risco de ser mera propaganda oficial. Esta base comum, que Gramsci percebe como momento *sine qua non* da disputa hegemônica, os *instrumentos técnicos do pensamento* (GRAMSCI, 2006), base gnosiológica do senso comum, são o lócus operante, segundo o pensador, das ideologias e sua relevância depende do quanto esta existe enquanto senso comum.

As ideologias orgânicas do capitalismo têm, pelo menos de forma mais estruturada e permanente, em Locke o seu principal expoente, pois o liberalismo pré-capitalista de Locke é uma síntese ideológica que se encaixa em várias eras distintas, mas cuja base é substancialmente a mesma – a extração de mais valor através da compra e venda da mercadoria trabalho. Desde as inúmeras variações do liberalismo de Adhan Smith até o pós-modernismo, há elementos em comum, sendo talvez o mais representativo destes grandes modelos de pensamento o positivismo. O capitalismo monopolista, por requerer uma grande sofisticação para conferir um domínio eficiente fundado nas relações de trabalho produziu alguns sistemas com um forte poder de justificar a “questão social”. O espectro inclui algumas variações, mais ou menos vinculadas ao Positivismo, que vão do Funcionalismo, às formas neokantianas como o estruturalismo e as vertentes “compreensivas” do pensamento sócio(ideo)lógico. Há também uma outra forma hegemônica teórico-metodológica, que podemos generalizar como (neo)pragmatismo (POGREBINSCHI, 2005) – que é originária teoricamente de uma outra tradição de cunho mais irracionalista – e mais recentemente as teorias pós-modernas. O positivismo é, por assim dizer, um caso mais autêntico,

pois fora tornado hegemônico no século XX devido à maneira como se estrutura a burocracia estatal/empresarial/trabalhista, correspondendo mais eficazmente à lógica do capital, o que não significa dizer que as outras formas ideológico-metodológicas sejam menos funcionais, quando se trata do capitalismo pós década de 70. Estas formas gnosiológicas são formas correspondentes a uma sociedade que não pode abrir mão de mecanismos cada vez mais burocratizantes de controle, que hoje tomam o aspecto de liberdade, controle este jamais deslocado das relações de produção. Tal consciência é produto da alienação capitalista, que, não obstante, é apresentada como democracia, como liberdade.

Portanto, como podemos observar no exemplo de Kosik (1976), se *a sociedade pensada como sistema só existe em uma sociedade que produziu um verdadeiro sistema*, o que não pode ser generalizado nem naturalizado *ad eternum*, na medida em que o apenas o capitalismo criou uma sociedade sistemática, só uma sociedade cujos indivíduos estão isolados em um sistema social é possível pensar uma liberdade absoluta, como desde Locke tem-se pensado as personalidades singulares e a própria sociedade como um somatório de indivíduos isolados.

Para tratarmos especificamente a noção de “empreendedorismo”, será feito o esforço de diferenciar o objeto como ideológico a partir de três elementos necessários e inter-relacionados, pois as ideias e valores relacionados à noção de empreendedorismo: 1- são uma *totalidade*; 2- pertencem a uma *concreticidade* – apesar de manipular *pseudoconcretidades* – e 3- realizam-se e redimensionam tal pseudoconcreticidade através de sua *funcionalidade*. Este é um esforço para compreender o objeto, não pensado como uma questão tipológica, um constructo, pois quando o que é chamado de ideologia é um ente desprendido destes três elementos conceituais, trata-se de *pseudoconcretidades* pensadas como se fossem as próprias ideologias.

Assim, ao lançarmos mão do conceito de Karel Kosik (1986) de *pseudoconcreticidade*, percebemos que o “empreendedorismo”, por exemplo, traz para o presente formas fossilizadas de ser social, como o indivíduo moderno em seu momento genético, que surge numa fase de desenvolvimento do capitalismo, entre a manufatura e a revolução industrial, num momento em que o homem burguês era uma espécie de “trabalhador” – no sentido lockeano – , não obstante, que explorava o trabalho de muitos outros, transformando o trabalho, por ele mesmo fiscalizado e mobilizado, em uma mercadoria viva. Este momento de desenvolvimento de uma outra forma psicossocial ou *sociometabólica*, donde surge a figura que tratamos aqui como homem-empresa ou “indivíduo isolado” genético, é exaustivamente pensada por autores do quilate de Marx, Engels e – diversamente, mas com certa riqueza analítica – Weber, Macpherson e Elias.

Esta pseudoconcreticidade é uma idealidade que tem na imediaticidade do real um correlato, uma forte correspondência que, em se mostrando pragmaticamente eficiente como explicação da realidade empírica, a partir de um certo “impressionismo”, reforça a naturalização do *status quo*, legitimado pelo positivismo e seus correlatos ecléticos como a teoria dos pós-modernos, cuja negação da concreticidade da história produz um elogio ao presente e, neste caso, a uma epistemologia destituída de interesse pelo real.

Mauro Iasi fará uma inovadora análise do processo que vai do indivíduo, em sua fase de apreensão do real mais estruturante, a infância, a partir da percepção de que há certas etapas do desenvolvimento psicossocial intransponíveis na vida de um indivíduo plenamente socializado. Longe de ser um estudo que valoriza de sobremaneira o subjetivismo como critério da realidade, Iasi está demonstrando o quanto a realidade (histórica) alienada precede o indivíduo alienado e o quanto a ideologia é um elemento ativo, que produz nos indivíduos uma espécie de certeza sensível que servirá como pressuposto subjetivo externalizante, que serve como base para a ideologia. Sem que com isso se caia num hegelianismo, considerando a alienação no sentido de *objetivação* e *externalização*¹⁹ como um produto do homem burguês.

5- Estado e ideologia como *médium* da hegemonia

5.1- Equidade, reestruturação do Estado

O que ocorre hoje é uma refuncionalização do Estado, ou melhor, uma exacerbação da função do Estado na era dos monopólios, de um Estado cada vez mais subordinado ao lucro e descomprometido com valores e funções econômicas atrelados à lógica do bem-estar-social. Observem aqui, que não cabe neste tipo de análise, uma concepção frouxa de história, porque a história é tomada como uma força concreta, não há, certamente, indivíduos geniais que fazem história com boas ideias, muito menos existem várias histórias feitas (subjetivamente) por cada um, pois a própria realidade é a história. Portanto, o Estado é um produto histórico, pertence a um *bloco histórico* e sua dinâmica e sua relação com o seu substrato, a sociedade civil, é resultado de forças históricas, subsumindo e ao mesmo tempo abrindo espaço para a ação dos sujeitos, bem como é histórica também a ideologia difundida e difusão no e do senso comum.

O conceito de equidade tornou um jargão aqui no Brasil a partir do primeiro governo tucano, de F. Cardoso. Muito relacionado à educação, mas sendo, como toda *pseudoconcreticidade*,

¹⁹ Gilmaisa Costa desenvolve uma tese muito interessante sobre a teoria da personalidade em Lukács, distinguindo os momentos da *externalização* e da *objetivação* nas consciências sociais, que já é em si um tema profundo.

abrangente e abstrato, este conceito é introduzido no debate como política de salvação de um Estado – gerador de inflação porque é “corrupto e gasta mal” – durante os encontros na América Latina, a destacarem-se países na época muito próximos a Washington, no caso a Venezuela (PAIVA, 1994) e o Chile.

Mas estas ideias também, por mais que trafeguem em um ambiente conservador, são polemizadas, havendo uma disputa pela legitimidade interpretativa do conceito. Segundo Castelo e Saludian (2010), além dos defensores do Estado mínimo no governo da nova social-democracia havia um outro grupo que trazia à discussão a importância de se proporcionar uma verdadeira equidade e sendo um governo que veio da tradição de centro-esquerda, simbolicamente tendeu-se a dar um ar mais de justiça social se comparada a “equidade dos tucanos”. Tais autores denominam as teses deste segundo grupo de novo-desenvolvimentismo, que, após um relativo isolamento, terão apenas no governo Lula um papel de protagonista nas políticas macroeconômicas. As medidas defendidas por tal grupo fazem parte de uma série de medidas cujo principal objetivo – mais ou menos velado – é assegurar uma espécie de “desenvolvimento” com concentração, a partir de um incremento (objetivo e subjetivo) de uma “cultura laboral” baseada na *inovação tecnológica*, sendo a equidade uma meta com base numa leitura liberal da categoria *igualdade*. Segundo Saludjian (in CASTELO BRANCO, 2010), há uma ênfase nos últimos anos de uma integração com o capitalismo internacional (“globalizado”) a partir do que se convencionou chamar de Transformação Produtiva com Equidade, seguindo um modelo exportador inspirado na Ásia. Tal modelo é baseado em exportação de *commodities* e exportação de produtos maquilados, sem produção – mas com uma adaptação – tecnológica.

Desta forma, historicamente hoje, o capital demanda um Estado estrito senso que deve agir como agente de segurança cada vez mais penal e não relacionado à economia de maneira direta – isto é, como uma empresa –, apesar de ativa. O Estado hoje não tem mais como função regular os preços e financiar, administrando setores como as indústrias estratégicas, no sentido keynesiano, de base, como fontes de energia e metalurgia, além daqueles setores que os liberais chamam de “a fundo perdido”, como o de saneamento e limpeza. Mas o Estado ampliado é muito mais complexo, pois é uma síntese desta forma histórica de máquina estatal com as várias posições e interesses conflitantes de classes e frações de classe, onde se desenvolvem consensos, que ao contrário da sociologia funcionalista, aqui é pensada de maneira desnaturalizada, com graus de *autoevidência* (LOWY, 1976) e de intencionalidade.

Ocorre que, para haver certa aceitação, para que existam certos consensos – lembrando que Gramsci, buscando confrontar-se com o estalinismo, demonstrará que a economia de alguma

maneira é parte de uma cultura –, tendo em vista a realização das demandas do capital como fossem de todos, é necessário um nível de mistificação que aparece aos olhos críticos como anedóticos e que, por esta mesma razão, para que seja pensada como uma verdade, requer uma sofisticação que deve ser estudada sob a luz da teoria da ideologia de Marx e da contribuição de autores como Gramsci, Lukács e Kosik.

O Estado, no sentido gramsciano, para existir em dado bloco histórico, necessita de uma hegemonia, ou seja, de consensos em torno de ideias e instituições produzidas e reproduzidas por grupos de indivíduos que exercem a função intelectual, isto é, de organizar a cultura e também administrar o Estado *strictu sensu*. No entanto, mesmo as instâncias do Estado onde aparentemente os fenômenos da consciência (de classe e individual) não participam do “mundo da economia”, há sim esta imbricação, pois a relação entre a consciência e o ser é uma dialética – sujeito/objeto –, isto é, não são partes auto-excludentes do real, são uma unidade de opostos, com ritmos diversificados, mas não auto-excludentes.

Tomada no sentido gramsciano, a ideologia, que é pensada sob o aspecto positivo, é, portanto, um elemento da consciência cuja função é manter e orientar os indivíduos sociais que exercem funções econômicas mais ou menos distintas. A (re)semantização das ideias centrais do liberalismo é que torna o conceito de *empreendedorismo*, e toda sua família semântica, uma ideologia – em sua forma atual, particular – porque exerce uma função “econômica” que não aparece como atrelada a produção de mercadorias, muito menos como algo que determina, como uma ontologia de segunda ordem, a forma específica de realização do capital.

Como um *médium da hegemonia* a noção de empreendedorismo, bem como a noção de equidade devem ser especificadas quanto à sua forma de atuação, uma vez que sua natureza nos parece clara, frente aos exemplo acima e a análise de Netto e Mandel sobre a natureza do Estado na era monopólica e toda a teoria de Gramsci acerca do *Estado ampliado*, são formas ideológicas, a primeira como uma *hipocrisia deliberada* e a outra como uma técnica administrativa do Estado *strictu sensu*. Mauro Iasi chama atenção deste tipo de fenômeno ao observar que há um tipo de mistificação que se caracteriza pela quase total falta de correspondência com a realidade em si, no sentido de concreticidade, quando observa que Marx já percebia uma forma de consciência invertida que além de não dar conta da totalidade social, produz um tipo de falsa consciência intencionalmente falsificada.

5.2- Equidade e empreendedorismo, reestruturação do Estado e formação para o mercado

A partir da década de 80, com uma reestruturação do Estado via aproximação ao Banco Mundial e FMI, substituindo a UNESCO e concepções “heterodoxas” da administração pública, tendo na educação e em outros setores da máquina político-administrativa dos países da América Latina efeitos trágicos, a partir de uma privatização, uma substituição da noção de desenvolvimento pela concepção cínica de *equidade*.

A questão do fundo público como disputa é o principal elemento do processo de privatização, pois ao contrário do que se apregoa hoje por parte de um senso comum universitário e de técnicos do Estado com verniz de esquerda, privatização não é entendido somente como a venda do público como os casos referentes às estatais, mas é um processo que envolve o atendimento às demandas de valorização do capital e ou concentração de poder em setores estratégicos que direta ou indiretamente mantêm o status quo econômico e social. Um exemplo deste processo é o caso chileno. Em plena ditadura, na chamada “mudança radical” na educação naquele país, insere-se o conceito de “público não estatal” – exemplo muito utilizado para a defesa da equidade – é já que uma unidade escolar pode ser financiada pelo fundo público e gerenciado por empresas privadas, cuja lógica é perseguir o lucro. Há experiências deste tipo também em países centrais como os EUA.

No caso chileno, houve um endurecimento do Estado, mas na Argentina e no Brasil este processo se deu via convencimento, principalmente no nosso caso. Segundo uma conferencista do Seminário Internacional, *Desafios do Ensino Médio*, grupo de trabalho no qual participou como representante do Brasil no PREAL (Programa de Promoção da Reforma Educativa na América Latina e Caribe), o FGV (Fundação Getúlio Vargas), ocorrido em Santiago do Chile, no emblemático ano de 1995, com um estudo sobre os sistemas educacionais na América Latina, o “resultado” – abstraindo qualquer crime lesa humanidade que se tenha cometido neste regime fora:

Aumento da cobertura, melhoria (dos) padrões de oferta, ainda que não se tenha precedido à mensuração rigorosa dos resultados. Dividiu as escolas em *escolas municipais públicas e escolas privadas que recebem fundos públicos para atendimento dos alunos.*”(BOMENI, grifo da autora)²⁰

²⁰ FGV: [http://www.fgv.br/fgvportal/pesquisas/arq/Helena%20Bomeny%20\(Apresenta%E7%E3o\).pps#11](http://www.fgv.br/fgvportal/pesquisas/arq/Helena%20Bomeny%20(Apresenta%E7%E3o).pps#11)

Uma vez “garantida” a equidade para a competição da expropriação acumuladora²¹, os indivíduos podem competir livremente no mercado e à medida em que consigam comportar-se como uma empresa, este “indivíduo-empresa” sobreviverá a partir de suas capacidades (inatas ou não). Uma forma eficiente de convencimento dos disseminadores de certas mistificações é o depoimento autobiográfico de indivíduos “bem sucedidos”, que tendencialmente atribuem a si mesmo (e quando muito, a Deus), o mérito de sua “vitória”. Uma outra tática para divulgar determinadas noções, determinados pressupostos, com forte grau de uma parcial manipulação é construindo heróis, principalmente aqueles que por terem morrido “heroicamente”, como é considerado os casos de José Alencar, Jobs e Senna, têm sua imagem vinculada com uma vitória moral. Um dos maiores atletas em sua modalidade de todos os tempos, em nível mundial, Ayrton Senna se destacava por sua ousadia. Mas ele – como um bom filho da burguesia, com uma espécie de celebração do inatismo ou de uma autonomia rousseauiana, em sua fase de *O Emilio*, como é comum nos “gênios da transpiração” – está convencido e por isto é convincente em seus argumentos sobre o “espírito empreendedor” de qualquer indivíduo²². Alguém que não merece uma citação nominal aqui, atribui a Ayrton Senna, um espírito empreendedor, inato, “conferindo” tal propriedade do produto Senna à própria fala do indivíduo Ayrton Senna, em entrevista na TV Cultura no ano de 1986. O intérprete narra o que o herói quis dizer:

O início não é fácil, ninguém vai confiar no seu produto. As pessoas vão duvidar da sua capacidade. É nesse momento que o teste se inicia a cada *empreendedor*. O que você vai fazer para ser percebido? O que você vai fazer para que as pessoas notem que você existe? Qualidade? Design? Inovação? É nesse início que você deve apostar suas fichas. É no início que você deve investir mais do seu tempo, criatividade, disposição, comunicação. É nesse tempo que você vai receber muitos "não" e quase nenhum "sim". Mas passada essa fase os patrocinadores virão até você. O difícil é passar por ela. (<http://www.empreendevem.com/2010/05/dicas-de-empendedorismo-de-ayrton.html>)

7-Considerações finais

²¹ É muito comum hoje atribuir a Marx predicados como atraso etc., mas ao lermos tais novidades como a citada por Bomeni podemos observar algumas coincidências com um atualíssimo ideólogo (apesar de dois séculos mais velho que Marx), chamado John Locke. Cabe uma citação direta:

“Ainda que a água que corre na fonte pertença a todo mundo, quem duvida que no cântaro ela pertence apenas a quem a tirou? Seu trabalho a tirou das mãos da natureza, onde ela era um bem comum e pertencia igualmente a todos os seus filhos, e a transformou em sua propriedade.” (LOCKE, 1994)

²² Não obstante todo o caráter autoevidente, será que Locke é um autor tão desconhecido por este que citam-no quase que literalmente, insistindo em convencer-nos de que há alguma originalidade?

No introdução deste artigo, fiz uma breve referência ao meteórico surgimento de mais uma “grande personagem”. Não coube neste espaço aprofundarmos sobre a grande importância de uma ideologia – central hoje pra se entender a relação dos fenômenos ideológicos entre si, com base no real – mas é bom deixar registrado a centralidade ideológica hoje das teorias da “pós-modernidade”, muito bem trabalhadas por autores como José Paulo Netto (2011) que observa o quanto hoje é possível se manipular o que se pensa sobre a realidade através de uma (re)semantização de conceitos centrais como o de *história*. Não nos aprofundando sobre o tema, podemos dizer que a personagem Jobs é um exemplo importante de – diferentemente da intenção de Vitor Hugo acerca de Luís Bonaparte – como um indivíduo pode concentrar em si forças sociais quando a realidade está em segundo plano, isto é quando o reino da aparência, quando um simbolismo de segunda ordem, isto é manipulatório, tem como função não só encobrir, mas falsificar, com um grau elevado de manipulação, a essência de uma época e o papel dos indivíduos, que são sempre históricos. Mas, devemos observar que, com toda a capacidade manipulatória das ideologias acadêmicas, não são estas o objeto central de quem pretende compreender os fenômenos ideológicos, mas sim como esta se soma a um arcabouço mais enraizado no senso comum, e foi por este motivo que julguei necessário demonstrar que suas raízes são de mais longa duração histórica e sua base ontológica não pode ser confundida com sua coerência de discurso, nem com sua receptividade, mas, pelo contrário, é o que está encoberto nos novos arranjos produtivos, na nova forma de organização da produção que está em jogo. É o que importa. Desta maneira, se o individualismo mantém laços no reino das aparências ideais e estas reincidem na realidade como uma força ontológica é por que a sua base, ou estrutura econômica, ontologicamente primária (NETTO, 2007) tem uma continuidade e não só uma similaridade lógica ou estética, com as bases reais do capitalismo em sua fase inicial; desde a revolução industrial. Assim os elementos que Locke observa em sua filosofia política não só se desenvolvem na Inglaterra algumas décadas depois, como estes ganham uma funcionalidade tão sólida que é reproduzida até hoje, com um ar jovial, inovador.

Gramsci percebe que, mesmo no país onde melhor se desenvolveu a cultura do individualismo, esta não passou de uma herança cultural reforçada pelo reflexo intuído²³ da polarização da linha de produção e consumo de massa, criado engenhosamente e denominado pelo autor de Fordismo²⁴.

²³ Apesar de Gramsci não ter lido *A ideologia alemã*, o autor compreendia a crítica de Marx ao papel da intuição, no sentido feuerbachiano, de ver, de captar o que aparece na consciência.

²⁴ Harvey (1996) é um autor que chama atenção para esta engenhosidade do Fordismo. Citando o próprio Gramsci: (...) *os novos métodos de trabalho, indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida; não se podem obter sucessos num campo sem obter resultados tangíveis no outro. Na América, a racionalização do trabalho e o proibicionismo estão sem dúvida ligados: os inquéritos dos industriais sobre a vida íntima dos operários, o serviços*

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”, significa também e sobretudo difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las” por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico”, bem mais importante e “original” do que a descoberta por parte de um “gênio filosófico”, de uma verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos de intelectuais. (GRAMSCI, apud FRIGOTTO, 1995:176)

Como vimos acima, em Gramsci, a ideia de gênio criador é repudiada, não necessariamente como uma concepção ontológica do indivíduo, mas esta formulação do autor reflete sua preocupação em desvendar o fenômeno ideológico, a partir de uma tradição leninista²⁵, que Iasi chama de *ideologia no sentido positivo*, que parte de uma concepção da ideologia a partir de seu conceito de *médium da hegemonia*. A concepção sobre uma realidade como realização ou materialização a partir de ideias de gênios criadores se tem um elo lógico com a concepção lockeana e utilitarista²⁶, atualizada por Shumpeter, de que alguns indivíduos se destacam por suas propriedades individuais (inatas ou não), mas também segue uma tradição negada pelos autores da novíssima moda acadêmica e pelos experts, que nada deve à tradição do capitalismo ortodoxo. Este tipo de concepção, comum no pensamento elitista, tem sido resgatado nas últimas décadas, com verniz de uma esquerda liberal, a partir do neopragmatismo e das teses “pós-modernas”, mas, o que o orgulhosamente eclético pensamento conservador contemporâneo tenta velar é que esta formulação elitista tem como base uma concepção bastante autoritária, com base em autores como Shopenhauer, Nietzsche, Heidegger, Mosca e Pareto.

Gramsci, em seus textos organizados com o título de *Intelectuais e a organização da cultura*, bem como no clássico *Americanismo e Fordismo* e em passagens ensaísticas sobre sua peculiar teoria da ideologia propõe uma análise que compreende a ideologia em seu papel subordinado à luta hegemônica. Há em Gramsci uma noção de batalha das ideias, como é comum tratar a discussão sobre ideologia no sentido leninista, mas esta batalha no autor sardo está

de inspeção criados por algumas empresas para controlar a “moralidade” dos operários, são necessidades do novo método de trabalho.

²⁵ Sem confundir com o chamado “marxismo-leninismo” utilizado pelo estalinismo como forma de falseamento e legitimação a partir da autoridade intelectual e moral de ambos os pensadores supra-citados.

²⁶ O utilitarismo defende as capacidades individuais, mas a partir de uma lógica oposta ao direito natural de Locke. Cabe aqui lembrar que, a despeito da teoria de J. Bentham, seu maior seguidor, John Stuart Mill foi um prodígio e, se já herdara o patrimônio cultural de seu pai, James Mill, teve uma educação muito rígida, estando isolado de outras crianças, foi uma infância “invejável”, se levarmos em conta a precocidade de sua capacidade de abstração. Em relação a Bentham, criador do utilitarismo, ao mesmo tempo em que defendia o individualismo era grande admirador do panoptico, que grosso modo pode ser associado ao modo como Hobbes pensava o indivíduo e o individualismo (atomista) e serviu de modelo tanto para uma concepção de massas consumidoras, como o Fordismo, como para o controle extra-econômico, como as teorias behavioristas do século XX, que nada tinham de democráticas.

necessariamente vinculada à disputa hegemônica. Gramsci compreende hegemonia como uma combinação histórica de força e consenso, onde há uma primazia deste aspecto do poder.

Desta forma, Gramsci desenvolve sua teoria da ideologia, que se, ao contrário de Kosik e Lukács, não tem como preocupação maior desvelar as pseudoconcretidades e as funções destas, não tem seu valor diminuído posto que contribui para compreendermos o novo papel do Estado e sua imbricada relação com o chamado mercado este conceito se torna central. Ideologia como meio para reproduzir uma hegemonia ou combater a atual, obviamente sob o solo de outra base classista, deve passar pela destruição de um caro elemento ideológico para a sociedade capitalista, que podemos sintetizar como individualismo. O autor percebe que se o capital produz formas de hegemonizar a sociedade através de seus valores e através de uma burocracia estatal e empresarial, e estas instituições passam por uma organização de forças não atomizadas da sociedade civil, posto que produzem formas de neutralizar conflitos de interesses dentro da própria classe dirigente, em relação às ideias dominantes, quanto mais se desenvolve forças atomizantes, como a ideia de gênios, do *self made man* (Henry Ford, J. D. Rockefeller etc.) mais a massificação da sociedade faz-se manipulável.

Bibliografia:

CASTELO BRANCO, R. *A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade*. Disponível em <<http://www.uepgh.br/emancipacao>> acessado em: 12 de abril de 2011.

CHAUÍ, M. *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense: 1987.

COSTA, G. *Indivíduo e sociedade – sobre a teoria da personalidade em Lukács*. Maceió, EdUFAL, 2007.

COUTINHO, C. N. *A dualidade dos poderes: Estado, revolução e democracia na teoria marxista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Gramsci, um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

_____. *O estruturalismo e a miséria da razão*.

FONTES, V. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro, EPSJV/UFRJ: 2010.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira: 1991.

_____. *Obras escolhidas* São Paulo, Martins Fontes: 1978. São Paulo: Expressão popular, 2010.

GRANNEMAN, S. *Para uma interpretação marxista da ‘previdência privada’*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da ESS- UFRJ, 2006.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola, 1996.

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo. Paz e Terra, 1970.

IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe. O PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo, Expressão popular: 2006.

_____. *A crise do capital: a era da hipocrisia deliberada*. Revista Praia Vermelha. Estudos de Política e Teoria Social.PPGSS/UFRJ, 2009.

KOSIK, K. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1976.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos*. São Paulo: Editora Vozes, 1994.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Buscavid, 1987. MARX, K. *O Capital – Livro I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Boitempo editorial. 2004.

MARX, K & ENGLS F. *A ideologia alemã*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Estrutura social e formas de consciência*. Paulo: Boitempo, 2009.

POGREBINSCHI, T. *Pragmatismo: Teoria social e política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará., 2005.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo, Cortez: 2007.

_____. *Uma face contemporânea da barbárie*. Extraído de: <<http://www.pcb.org.br/portal/docs/umafacecontemporaneadabarbarie.pdf>> em: 01 nov. 2011.

NETTO, J. P. & Braz, M. *Economia política, uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

PAIVA, V *Transformação produtiva e equidade. A questão do ensino básico*. Campinas, Papirus, 1994.

TERTULIAN, N. *Geog Lukács: etapas de seu pensamento estético*. São Paulo: Unesp, 2008.